



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE AFUÁ

Em 26.03.93
Aprovado
Margarida da Silva Seixas
Presidente

PROJETO DE
LEI Nº 106/93, de 26 de março de 1993.

Institui no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Afuá, o pagamento de Despesas pelo regime de Adiantamento e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AFUÁ.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE AFUÁ DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica instituído no âmbito da administração direta do Poder Executivo do Município de Afuá a forma de pagamento de despesas pelo regime de adiantamento que reger-se-á segundo as normas que disciplinam a matéria.

Art. 2º - Entende-se por adiantamento o numerário colocado à disposição da administração a fim de lhe dar condições de realizar despesas.

Parágrafo Único - Poderão realizar-se sob o regime de despesas:

- I - Despesas com gêneros de alimentação;
- II - Despesas com medicamentos;
- III - Despesas miúdas de pronto pagamento, com material de consumo e serviços de terceiros;
- IV - Despesas com manutenção da Residência Oficial.

Art. 3º - O limite máximo do adiantamento será de Cr\$ 20.000.000,00 (VINTE MILHÕES DE CRUZEIROS), reajustados mensalmente pela UFIR (Unidade Fiscal de Referência) plena, ou outro indicador econômico que venha substituí-lo, sendo de quinze (15) dias o prazo para prestação de contas do adiantamento, contando a partir do término de aplicação.

Art. 4º - O período de aplicação que se refere o artigo anterior, será de no máximo trinta (30) dias.

Segue...



Em 26.03.93
Aprovado
Margarida da Silva Seixas
Presidente

ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE AFUÁ

Fls. 02

Cont...

Art. 5º - O adiantamento será requisitado pelo titular da Secretaria ao Prefeito Municipal, que deliberará sobre a concessão, a qual será efetivada através de Decreto.

Parágrafo Único - Na requisição do adiantamento deverá constar:

- I - Exercício a que pertence a despesa;
- II - Nome, cargo ou função do servidor que ficará responsável pela aplicação do adiantamento;
- III - Identificação da espécie da despesa, mencionando o item do artigo 2º no qual ela se classifica;
- IV - Importância em algarismo e por extenso;
- V - Justificativa circunstanciada ao Chefe do Executivo, para sua decisão quanto a conveniência e oportunidade da concessão.

Art. 6º - Não se fará adiantamento a servidor em alcance, nem a responsável por dois adiantamentos.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palacete "Francisco de Assis Chagas", em Afuá-Pa, 26 de março de 1993.

- OSVALDO DA SILVA BARBOSA -
-Prefeito-

- MIGUEL SANTANA DE CASTRO -
-Vice-Prefeito-